

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1053479 - RS (2017/0027576-2)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : DEOLINDA PERES DE OLIVEIRA - SUCESSÃO
ADVOGADOS : MARCO GERALDO ABRAHÃO SCHORR - RS032025
ARIANE SCHORR PASCHOAL E OUTRO(S) -
RS067800
TELMO RICARDO ABRAHAO SCHORR - RS032V158
AGRAVADO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL
PROCURADOR : FABIO WERKHAUSER E OUTRO(S) - RS032445
INTERES. : MARIA DE OLIVEIRA LOPES
INTERES. : JAIME PERES DE OLIVEIRA - ESPÓLIO
REPR. POR : JAIME EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA -
INVENTARIANTE
INTERES. : TEREZA DE OLIVEIRA FERREIRA
INTERES. : NELSON PERES DE OLIVEIRA
INTERES. : RUTH PERES DE OLIVEIRA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PRECEITO CONSTITUCIONAL. AFRONTA. STF. COMPETÊNCIA. SÚMULA. LEI FEDERAL. CONCEITO. NÃO ENQUADRAMENTO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO PROBATÓRIO. INVIABILIDADE.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. Segundo jurisprudência pacífica desta Casa de Justiça, é inviável a análise de irresignação fundada em suposta afronta a dispositivo constitucional, uma vez que tal atribuição compete, exclusivamente, à Suprema Corte, nos termos do art. 102, III, da CF.

3. Não cabe ao STJ apreciar alegação a violação a súmula em recurso especial, por não se inserir no conceito de lei federal, previsto no art. 105, III, "a", da Constituição Federal.

4. Inexiste violação do art. 535 do CPC/1973 quando o Tribunal de origem enfrenta os vícios alegados nos embargos de declaração e emite pronunciamento fundamentado, ainda que contrário à pretensão da parte recorrente.

Superior Tribunal de Justiça

5. É inviável, em sede de recurso especial, o reexame de matéria fático-probatória, nos termos da Súmula 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

6. Não cabe o apelo nobre, mesmo pela alínea "c" do permissivo constitucional, quando o julgado *a quo* estiver fundamentado no revolvimento do conjunto probatório acostado aos autos, ante a falta de similitude fática entre o fundamento do acórdão e dos paradigmas citados.

7. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 18 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria
Relator